



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ACTA Nº 04/ 2011

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM

28 de Setembro de 2011

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Francisco da Silva António

2º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**
- 2. Derrama/ participação variável no IRS;**
- 3. IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas;**
- 4. Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2012;**
- 5. Regulamento dos Transportes;**
- 6. Debate sobre as tarifas da Água, Saneamento, Resíduos Sólidos e Taxas de Recursos Hídricos no Concelho de Sardoal.**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia:-----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, José Maria Mora de Campos, Joaquim António Lopes Serras, Manuel Paulo de Almeida da Silva, Anacleto da Silva Batista, Júlio Martins Lobato, Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Rui Miguel Vermelho Serras, Francisco da Silva António, Hália Filipa da Costa Santos, Luís Patrão Salgueiro, Victor Lopes Pires, António Pereira Fernandes, Manuel José dos Santos Serras, Fernando Teresa da Silva.-----

Estiveram presentes os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara, bem como os Senhores Vereadores, Joaquim Serras, Fernando Vasco e Pedro Duque.-----

Não esteve presente a Senhora deputada Carlota Maria G. Serrão Mora, tendo a falta sido justificada antecipadamente.-----

Posta a votação a acta da anterior sessão a mesma foi aprovada por maioria com três abstenções. -----

Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Mesa colocou a votação uma Moção, com origem na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, a qual irá ficar arquivada na pasta dos documentos anexos à presente acta. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo referindo ser importante saber realçar o papel importante que as associações tiveram nas Festas do Concelho de Sardoal/ 2011. Cada vez mais o Associativismo tem contribuído para abrilhantar as festas, as suas iniciativas, a forma empenhada com que tentam dignificar as festas e o Sardoal, no entanto, quanto ao facto de se considerar que estas festas foram um êxito discorda e, comparativamente com o ano passado, em que as Festas foram realmente um êxito, este ano, na sua opinião, não foi bem assim. Na sua opinião as regras impostas para o seu funcionamento, foram de tal maneira restritivas e rígidas que cortaram muito do dinamismo das associações e da vontade que estas tinham para abrilhantar as Festas. Pensa que é notório que as Festas esta ano não foram tão participadas, tão brilhantes como teriam sido o ano passado, não fruto do programa que este ano foi condicionado por problemas económicos e financeiros, do concelho e dos país, não estando isso em questão, mas sim as regras, a forma como foram organizadas as Festas. Ficou com a ideia que a liberdade de actuação das associações foi um pouco quartada pela liberdade de actuação da Autarquia, ou seja, as associações poderiam fazer o que quisessem, desde que primeiro, fizessem o que a Câmara queria. O facto de os horários de actuação das iniciativas das associações começarem por exemplo à meia-noite, foi limitativo e houve de certeza muito público que se foi embora. O dinamismo da festa não era aquilo que se estava à espera, assim, na sua opinião as festas não tiveram o brilhantismo que poderiam ter tido se não fossem essas regras tão rígidas. -----

Posta a Moção a votação a mesma foi aprovada por maioria com quatro abstenções e catorze votos a favor. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia felicitando o Senhor Presidente da Câmara pela sua presença na sessão da Assembleia. Referiu ter algumas questões que gostaria de colocar, nomeadamente sobre a escola de ensino básico de Panascos, no que concerne ao apoio financeiro, que no ano lectivo anterior, o município concedeu ao Agrupamento, um montante de 5€ por trimestre, por aluno, para actividades lectivas e material escolar, querendo saber se para este ano lectivo se pretende manter esse apoio. Outra questão, tem a ver com o transporte escolar de regresso a casa porquanto existem neste momento, dois transportes de regresso, um que é efectuado logo após o período normal, por volta das 15h30m e o outro, após as actividades extracurriculares, questionando se esse primeiro transporte vai continuar a existir ou se existe alguma intenção de o suprimir. -----

Continuou o Senhor deputado questionando o Senhor Presidente da Câmara, sobre quais foram os custos reais das viagens feitas este Verão, quer das viagens dos jovens quer dos idosos, bem como o valor dos patrocínios e, nomeadamente, sobre a viagem dos jovens, frisou que, desta vez e, ao contrário dos outros anos, contou com um apoio do Parlamento Europeu, do Gabinete de um deputado do Parlamento Europeu do Partido Social Democrata, o que quer dizer que este ano a viagem teve uma conotação política, não querendo dizer que o Senhor deputado não possa dar o contributo que entender, mas fica de facto esta ressalva. -----

Continuou, fazendo referencia à última sessão e que, por não ter estado presente, leu atentamente a acta e gostou de algumas questões anunciadas pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, nomeadamente a elaboração de um Plano Estratégico para o Concelho, tendo ficado contente que, pelo menos, se fale neste assunto e, gostaria de saber se já começou a ser elaborado e qual é a data previsível de que seja concluído pelo menos em linhas gerais, se pensa fazer debates com a população e com os órgãos autárquicos, nomeadamente a Assembleia Municipal e para quando é que poderá ser apresentado à população. -----

Colocou ainda questões que têm a ver com os cortes orçamentais que se têm vindo a verificar, questionando a Câmara para que tenha a coragem de elaborar um plano de recuperação financeira, pois sabe-se que a saúde financeira da Câmara não é a que todos desejam, para se calendarizar o pagamento das dívidas, com que prioridades, de onde é que se espera receber as verbas para que de alguma forma se possa ter uma previsão de quando é que este município vai ter uma estabilidade financeira minimamente aceitável. Seria interessante que numa próxima sessão, este Plano pudesse ser apresentado e até discutido. -----

Sobre o PDM, referiu o Senhor deputado, espera que o problema com a outra empresa esteja resolvido e até porque, continua a dizer-se em sessões sucessivas que os trabalhos continuam a avançar, gostaria de saber qual é o ponto do processo de revisão do PDM e, perguntar qual a data previsível para que a Câmara possa apresentar em sede de Assembleia Municipal as linhas estratégicas básicas de revisão de PDM, para que as mesmas possam ser discutidas para que se tenha noção do que se vai ter no futuro. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Serras, em nome do grupo parlamentar do PSD, para apresentar uma Moção, a qual não sendo transcrita, irá ficar arquivada na pasta dos documentos anexos à acta, dela fazendo parte integrante. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo referindo que está de acordo e que se deve reclamar, mas que se não for feita esta reclamação nas instâncias correctas o resultado é igual e se há alguém que

pode reclamar é o município junto das entidades regionais para que realmente haja um pouco mais de consideração ou de atenção para com o Concelho. -----

É facto que há falta de médicos principalmente no interior e, o Sardoal, é o exemplo mais marcante e o deputado Manuel Serras tocou num ponto que já tinha em tempos chamado a atenção, que é talvez tão importante quanto ter-se clínicos distribuídos pelas diferentes freguesias, que é a questão dos transportes públicos. Talvez seja mais importante para a acessibilidade à saúde as pessoas terem direito a terem acesso a um transporte público decente atempadamente no local onde residem do que propriamente terem um médico à porta e, nesse sentido já tinha feito em tempos a proposta à Autarquia, de se criar uma rede de transportes interna dentro do Concelho e quiçá até uma colaboração com municípios limítrofes no sentido de se criar uma rede de transportes que permita às pessoas deslocarem-se aos Centros de Saúde, aos Hospitais e, a resposta que lhe foi dada foi que os taxistas também precisavam de viver, o que é verdade, mas as pessoas não têm dinheiro para pagar a taxistas, assim, mais importante que ter um médico à porta talvez seja a acessibilidade ao médico e para isso é preciso ter uma rede de transportes decente e, municípios à nossa volta já criaram redes de transportes de pequena dimensão, de trinta lugares que circulando pelo Concelho ou dentro dos Municípios e que permite às pessoas terem um pouco mais de mobilidade. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Manuel Serras, referindo-se ao que disse o Senhor deputado Manuel Paulo sobre os transportes, que tem uma visão diferente dessa situação, exemplificando uma freguesia como a de Alcaravela, que tem catorze localidades, em que a maioria das pessoas têm mais de sessenta anos, criar transportes, quem os acompanha, quem os leva ... Outra coisa que acha que talvez se fosse uma opção, quando há médicos de recurso que aparecem no Centro de Saúde e se houvesse se houvesse talvez uma ponta de querer alargar a saúde a todo o Concelho que, infelizmente, desde 1953 já existia no Concelho às expensas dos médicos que então se deslocavam numa mula para andar de terra em terra, agora talvez a saúde pudesse fazer isso o que talvez fosse um bem necessário para a freguesia de Alcaravela, porque é uma freguesia com pessoas de idade e ainda mais, se o posto de saúde foi construído, se funcionou até Outubro de 2010 por qualquer razão agora não há vontade de que continue a funcionar. Talvez a deslocação de um médico fique mais barata do que a deslocação de uma montanha de pessoas que tenha de vir ao Sardoal, se se fizer o preço de custo, o médico fica mais barato mesmo assim. -----

Continuou o Senhor deputado, dizendo que a sua freguesia a nível da saúde nesta confusão que o país vive, talvez tenha sido das freguesias mais prejudicadas, de tal ordem que quando tem um ficheiro de doença lá situado, pois os próprios donos desses ficheiros que são os utentes, vêm ao Sardoal ao

Centro de Saúde, são confrontados com uma nova inscrição num médico de saúde no Sardoal, questionando se esta não será uma manobra para que se justifique que em Alcaravela não exista doentes, colocando as suas dúvidas. Referiu existir ainda outra situação que é, as pessoas não saberem se se devem inscrever ou não, tendo sido questionada por algumas pessoas que não sabiam o que haviam de fazer e, enquanto Presidente de Junta tinha que dizer para as pessoas se inscreverem. -----

Na sua opinião se se quisesse uma política de organização de ficheiros, o ficheiro de Alcaravela teria sido transportado para o Sardoal e aqui era acompanhado e, quando houvesse médico em Alcaravela era transportado para lá e não se fizesse talvez, uma pressão sobre as pessoas para se inscreverem no Sardoal. Está de acordo com a Moção para se criarem os transportes, mas estes ficarão mais caros e, se existem unidades de saúde e se a freguesia tinha alguma qualidade de vida pois as pessoas ao saírem do médico podem logo levar a medicação para casa, qual a razão para se fechar esse posto?! -- Na sua opinião a Freguesia de Alcaravela tem sido atacada ferozmente a nível da saúde e, como presidente da Junta de Freguesia, irá estar presente nas sessões da Assembleia Municipal até ao final do ano e, se a partir do final do ano não houver médico em Alcaravela, a Junta de Freguesia de Alcaravela será uma ausente nas Assembleias Municipais. -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a Moção a Votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo não poder estar mais de acordo, juntando o seu voto ao de todos os deputados, para que este problema seja definitivamente resolvido. A Câmara Municipal está atenta ao assunto, estando com as instâncias regionais a tentar resolver o problema. Disse achar mais importante que, deslocar os doente, é deslocar o médico, é importante que se tenha a possibilidade de colocar um médico em Alcaravela como se deveria ter um médico em Valhascos ou em Montalegre, sendo evidente que não há médicos para toda a gente, mas se calhar, se deixassem a Câmara resolver o problema, este, se calhar, já estaria resolvido, o que acontece é que esta é uma herança com a qual se tem que viver, não foi deixado que se resolvesse o problema quando a Câmara teve a oportunidade de contratar um médico, a Câmara iria fazê-lo mas na prática ele não poderia trabalhar. A Autarquia está, neste momento, a tentar sensibilizar os responsáveis, para a importância que é ter um médico nos centros rurais para que as pessoas não só consigam, pela proximidade, resolver os seus problemas com os médicos. Se deixassem que a Câmara pudesse avançar, tudo seria muito mais fácil e neste momento não pode. -----

Em resposta ao deputado Manuel Paulo, o problema da mobilidade, é um problema que se põe não só para transportar as pessoas até ao hospital. Este problema da mobilidade está a ser tratado e não é fácil de resolver, não se trata de questões de taxistas, está a ser tratado a nível regional, a nível do Médio Tejo, esperando-se que com as novas competências, seja mais fácil à Comunidade avançar nesse sentido. O que se pretende é que toda a região seja servida e usando o slogan publicitário que diz que três em um é que é bom, aqui infelizmente não se tem três em um, tem-se um em três, o que vem dificultar e criar muitos mais problemas a quem necessita dos cuidados médicos. -----

Em conclusão, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a Autarquia antigamente tinha o problema resolvido, tinha um médico para se deslocar a Alcaravela, Valhascos e Montalegre e não foi permitido à Câmara avançar com o processo. Irá aguardar-se e a Câmara irá continuar a insistir para que o problema seja resolvido definitivamente. -----

Continuou o Senhor Presidente, em relação ao que disse o Senhor deputado Adérito Garcia, que em relação aos apoios que as crianças tinham, é evidente que irão continuar a ter o mesmo apoio, esse facto já foi comunicado ao Senhor director da Escola, o qual comunicará com os pais quando assim o entender. Sobre o transporte no horário das 15h30m, a Câmara teve de tomar uma opção, ou os transportava às 15h30m ou os transportava às 17h30m, o problema que se põe é que as crianças do 1º ciclo também passaram a ter os ATL's, passaram a ter actividades pós lectivas e assim, todas as crianças estão a ter oportunidade de ter actividades até mais tarde. São deslocadas quando essas actividades terminam porque a Câmara não tinha capacidade para chegar às 15h30m, levar um aluno a casa e depois chegar às 17h30m e, levar se calhar, o irmão à mesma casa. A Câmara teve de racionalizar os custos, racionalizar os meios, pois entende-se que é muito mais importante para uma criança ela poder usufruir das actividades e continuar na escola. -----

Em relação à viagem e porque disse que a mesma foi custeada por um deputado, referiu que a Câmara para conseguir as autorizações para entrar no parlamento, pois não é fácil e o Senhor deputado sabe, é necessário autorizações e marcações de dias, assim, tendo a Câmara possibilidades de ter lá deputados a tratar da documentação o que torna todo o processo mais fácil e, este ano foi o que aconteceu, como aconteceu noutros anos. -----

Relativamente ao subsídio, a Câmara pediu ao Parlamento um apoio monetário, o qual ainda não está perfeitamente definido, sabe-se que anda à volta dos quatro mil euros, mas foi um apoio que se pediu ao Parlamento, se foi conseguido através do deputado A ou B, não sabe dizer, o que sabe dizer é que almoçaram no Parlamento com dois deputados, curiosamente um do Partido Social Democrata e outro do Partido Comunista, o Partido Socialista não tinha lá nenhum deputado, se calhar porque não foi

devidamente informado pelas estruturas do partido, não sabendo qual foi a conotação partidária, se foi com os comunistas ou com os social-democratas. -----

Em relação ao Plano Estratégico para o Concelho, como qualquer plano estratégico terá de ser discutido em sede própria e terá de ter sempre a participação dos munícipes. Tudo leva o seu tempo e se calhar, se tudo correr como esperado, o Senhor deputado terá a oportunidade de se pronunciar sobre o plano estratégico para o seu Concelho. -----

Sobre o Plano de Recuperação Financeira, disse que, a melhor resposta que poderia dar ao Senhor deputado é que a estratégia que se está a seguir na Câmara, em nove meses, resultou numa redução do défice em cerca de 471 mil euros, é evidente que não se está aqui a apresentar números tendo em atenção os valores que poderiam eventualmente vir a acontecer, até ao fim do ano, se a estratégia continuar, provavelmente os números serão ainda mais entusiasmantes. -----

Sobre o PDM referiu que os problemas havidos com a empresa estavam ultrapassados, as equipas estão a ser refeitas, estando reunidas as condições para que o PDM possa avançar sem problemas.----

Interveio o Senhor deputado Manuel Serras para falar de assuntos relativos à freguesia de Alcaravela, nomeadamente a Feira Mostra da Freguesia de Alcaravela, a festa que comemora o dia da Freguesia e que é sempre no terceiro fim-de-semana de Agosto e, como a freguesia não tem capacidade de fazer a organização da Festa, a mesma de há alguns anos para cá, foi entregue a associações da freguesia, o que não quer dizer que não se venha agora a poder alargar a outras associações tendo sido confrontado com esta situação em função de no mesmo fim-de-semana haver uma outra actividade, querendo fazer um reparo, perguntando à Câmara se tinha conhecimento ou não, porque a Junta de Freguesia reúne todos os anos em Novembro com todas as associações da Freguesia para organização de panfleto em que as actividades de todas as associações aparecem no referido documento e depois é enviado à Câmara Municipal, ao Presidente da Câmara, à secção de Cultura e ao Turismo e, quando foi questionado do porquê de haver outra festa no mesmo fim-de-semana, respondeu não saber porque a Câmara tinha conhecimento, querendo agora perguntar ao Senhor Presidente se a Câmara tinha de facto conhecimento ou não daquele panfleto no qual está incluída também a festa da Freguesia, que este ano foi realizada nos dias 19, 20 e 21 de Agosto. -----

Outra coisa que foi confrontado na última assembleia de freguesia, foi sobre o caso da estrada da serra e que em tempos lhe foi dito, como Presidente da Junta, que iriam ser colocadas umas carradas de emulsão para que se pudesse tratar a estrada, isto passou-se em Abril e já se passou este tempo todo, e essas as carradas de emulsão não apareceram e agora foi confrontado porque lhe foi dito que a responsabilidade era do Presidente da Junta que não quis saber do assunto e que alguém responsável

da Câmara Municipal é que tinha dado esta resposta. Pelo que sabe a Junta não tem capacidade financeira para comprar a emulsão porque se tivesse já tinha comprado e já lá a tinha metido, questionando o porquê de ter sido dada esta resposta a algumas pessoas. -----

Outra das coisas que foi confrontado, é que de há 12 anos a esta parte, a freguesia de Alcaravela teve uma ou duas obras de relevância na freguesia, a estrada entre Tojalinho e Santa Clara e a obra do Cemitério, não houve mais obra nenhuma e existem algumas localidades, e é do conhecimento da Câmara, que estão em mau estado, querendo saber qual é a evolução de alguma obra na freguesia de Alcaravela. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente para responder ao que tinha dito o Senhor deputado Manuel Paulo, sobre as Festas, dado que não está nada de acordo sobre o que disse em relação às associações, porque se houve limitações em termos de associações são as mesmas dos outros anos não tendo havido qualquer tipo de alteração, a única diferença é que no ano passado conseguiam coabitar privados com associações, mas este ano as associações aderiram em massa o que foi para a Câmara muito entusiasmante, participaram nas festas e deram muito brilhantismo às mesmas, se esta não é a visão do Senhor deputado, tem de respeitar a sua opinião. -----

As Festas do Concelho deste ano foi, foi o que a Autarquia designou de um ano novo, de experiências novas, até porque as Festas, no modelo em que estavam a ser feitas, era um modelo já bastante gasto e era altura de se tentar mudar alguma coisa. -----

Em relação ao que disse o Senhor deputado Manuel Serras, a Câmara tem conhecimento da Festa de Alcaravela, tanto que lhe emprestou o palco para realização da mesma, mas o que a Câmara não pode fazer, é impedir as associações de fazer as suas festas. Na sua opinião se as coisas forem conversadas entre as associações, isso evita-se, mas neste momento já são tantas as festas no Concelho em que quase todas as povoações têm a sua festa que é muito difícil que não haja coincidências, é evidente que não deveria haver coincidência com a Festa de Alcaravela, porque é uma festa de freguesia, mas não foi culpa da Câmara, se as associações não souberam em tempo oportuno conversar e resolver esse problema. A Câmara não pode limitar, por exemplo, neste caso emprestou-se o palco a Alcaravela e a Associação de Jovens ficou sem ele, pois a Câmara não pode emprestar aquilo que não tem. Se se pudesse fazer uma programação mais atempada talvez se pudesse chegar a um consenso, porque já se fizeram reuniões, já se chegou a consensos, mas depois quando se chega à realidade há sempre um ou outro que se desvia e, na sua opinião, é importante que as associações no Concelho não andem a brigar umas com as outras para escolherem o melhor dia, pois cada uma tem a sua festa. -----

Em relação à estrada da serra, referiu ter chegado ao seu gabinete várias reclamações sobre o estado dessa estrada, a qual, assim como outras têm de ser reparadas, estando a Câmara à espera dos financiamentos. Deu como exemplo a obra de Panascos só não arrancou ainda porque se anda numa fase de incerteza pois não se decide se é aprovada ou não, estando a Câmara a aguardar por uma resposta definitiva para que se possa adjudicar a obra, pois o concurso está feito. -----

Existe uma obra que o preocupa que é a estrada Casos Novos e o acesso a Pisão, está a elaborar-se todo o processo para que, se calhar, se consegue avançar rapidamente pois é uma obra de extrema importância para a parte baixa da freguesia de Alcaravela. -----

Sobre a compra, ou não, do betuminoso para tapar os buracos, agradecia que o Senhor deputado lhe dissesse quem é que lhe passou a informação para que a Câmara tenha a possibilidade de intervir se for caso disso. -----

Ordem de Trabalhos

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Sobre esta informação, basicamente e de uma forma mais incisiva, os trabalhadores da Câmara Municipal, durante este período do Verão, estiveram praticamente todos eles ocupados em montar e desmontar festas por todo o Concelho, pois todas as Associações solicitaram à Câmara esse apoio e outros ajudaram os bombeiros na vigilância da Floresta. Foi efectivamente um período em que os trabalhadores em termos de obra pouco realizaram, mas em termos de trabalho muito fizeram.-----

O Senhor Presidente da Câmara mostrou-se disponível para responder às questões dos Senhores deputados. -----

Interveio o Senhor Deputado Adérito Garcia, referindo ter só duas notas muito breves, sendo uma relativa aos incêndios, dado ter sido um Verão relativamente calmo, seguramente a intervenção dos bombeiros e a sua presença na floresta muito contribuiu, felizmente para todos. -----

Continuou o Senhor deputado, mencionando outra questão, que tem a ver com o mapa financeiro, anexo à informação do Senhor Presidente e, ligado ainda, a uma das últimas intervenções do Senhor Presidente, sobre a melhoria do deficit da Câmara em 400 mil euros, gostava que o Senhor Presidente explicasse exactamente, como é que se conseguiu essa redução de deficit, porque e, agarrando na informação que o Senhor Presidente transmitiu, ou seja, a situação financeira, a 15 de Junho de 2011 e, a situação financeira a 15 de Setembro de 2011, somando as probabilidades e subtraindo, como se faz em termos contabilísticos, as dívidas a terceiros, a médio e longo prazo, grosso modo empréstimos, e as dívidas a terceiros, a curto prazo, tem-se o que se chama a situação líquida, mas o que acontece é

que se tem uma degradação deste saldo em aproximadamente trezentos mil euros, portanto o Senhor Presidente falou numa recuperação de deficit de quatrocentos mil, e tem-se aqui à vista trezentos mil negativos, presumindo que existe um ovo de ouro que vale setecentos mil euros, pedindo ao Senhor Presidente para explicar sobre que milagre é aquele. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente dizendo ficar feliz por o Senhor deputado ter reparado que os Bombeiros estiveram activos durante todo o Verão e que fizeram um grande trabalho em defesa do património e da floresta. -----

Sobre o que o Senhor deputado disse, referiu que, a recuperação que se fez é efectivamente de 471 030, 73 euros, sendo que a este valor teria de se retirar o valor do autocarro que se comprou e que foi de 260 mil, portanto, mesmo assim, tirando o valor do autocarro ainda ficam duzentos e onze mil trinta euros, se o autocarro não entrasse nesta recuperação e, o autocarro foi uma compra que a Câmara teve de fazer e é um investimento que se fez, não seria efectivamente 471 030, 73 euros. Referiu ainda que estaria disponível para quando o Senhor deputado quisesse ir à Câmara consultar o processo. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo que já que o Senhor Presidente prestou estes esclarecimentos com tal grau de certeza, na sua opinião, seria oportuno que o Senhor Presidente enviasse a todos os deputados, o detalhe destas contas todas, até porque mesmo descontando o autocarro e do ponto de vista contabilístico é possível que de facto isto aconteça, mas era preciso que fossem integrados em termos de bens, em termos de activos cerca de 700 mil euros e só se tem duzentos mil, que é o valor do autocarro, na sua opinião existe qualquer coisa que não está ser bem explicada, porque mesmo contando com o autocarro ainda fica a faltar 500 mil euros para justificar este acréscimo do deficit e, sendo este um assunto do dia-a-dia e da agenda política de todos, acha que é importante que o Senhor Presidente preste o mais brevemente possível por escrito, os esclarecimentos que levem a que se entenda onde estão esses 400 mil euros de recuperação de deficit. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo não saber que contas é que o Senhor deputado está a fazer, mas de qualquer forma, terá muito gosto em enviar-lhe aquilo que são as contas que são feitas pela contabilidade do município e o mapa que lhe foi entregue pelo chefe da contabilidade e, como confia nos funcionários da Câmara terá muito gosto em enviar ao Senhor deputado, o mapa que tem em sua posse e que, com certeza, será enviado rapidamente. -----

O Senhor Presidente da Mesa referiu que a forma mais correcta de este assunto ser tratado é a bancada do Partido Socialista entregar um requerimento à Mesa da Assembleia a qual posteriormente o fará chegar ao Senhor Presidente da Câmara. -----

2.Derrama/ participação variável no IRS;

O Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da deliberação tomada em Câmara Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a deliberação da Câmara é bastante esclarecedora em relação àquilo que aconteceu e a posição da Câmara que foi tomada por unanimidade e mantém-se exactamente igual ao que aconteceu o ano passado, a posição da Câmara é igual à posição tomada no ano passado. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea f), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o lançamento de taxa de derrama no valor de 1,5%, para as empresas com um volume de negócios superior a 150 000€. -----

Deliberou ainda, por maioria, com doze votos a favor e cinco contra, fixar a taxa de participação variável no IRS em 5%. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

3.IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas;

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da deliberação tomada na Câmara Municipal. ---

Referiu o Senhor Presidente da Câmara, que à semelhança do ponto anterior, estes valores são iguais aos que foram aprovados o ano passado. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea f), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar as taxas do imposto Municipal sobre imóveis, a aplicar no ano de 2012, nomeadamente: prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos 0,7%; Prédios avaliados, nos termos do CIMI: 0,4%. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

4.Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2012;

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da deliberação tomada na Câmara Municipal. ---

Tomou a palavra o Senhor Presidente, referindo que também esta posição está de acordo com o que se fez no ano passado. A Câmara entendeu que em última instância iria ser aplicada aos próprios municípios, decidindo assim não exigir qualquer direito de passagem, qualquer tarifa. -----

Posto o assunto a votação e considerando a Lei nº 05/ 2004, de 10 de Fevereiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, não aplicar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para 2012. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

5.Regulamento dos Transportes;

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da deliberação tomada na Câmara Municipal. ---
Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o Regulamento tem como principal objectivo clarificar a situação para a utilização dos transportes da Câmara Municipal pelas Associações, por qualquer tipo de entidade que o solicite. Era um Regulamento que faltava, tendo em atenção as novas realidades. A cedência é basicamente para as associações, não querendo dizer que outro tipo de pessoa não possa utilizar os transportes da Câmara, mas neste momento a preferência vai para as Associações, tendo que ser feito de uma forma criteriosa tendo em atenção os custos de manutenção do próprio autocarro e as outras viaturas do município. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo, pedindo esclarecimentos, pois procedeu à leitura do Regulamento, o qual é muito abrangente, não tendo encontrado qualquer limitação para a utilização do transporte, querendo saber em que situações é que não há autorização para utilizar o transporte. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que existem limitações e que elas estão expressas no documento, passando enunciando algumas. -----

Posto o assunto a votação e, considerando a alínea a) do nº 2 do artº 53º, da Lei nº 169/ 99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento de Utilização das viaturas de Transporte Colectivo. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

6.Debate sobre as tarifas de Água, Saneamento, Resíduos Sólidos e Taxas de Hídricos no Concelho de Sardoal.

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia fazendo referência à alteração das tarifas de água e saneamento que entrou em vigor no dia 01 de Agosto, que no seguimento de várias interpolações feitas na Assembleia Municipal, pela população em geral e, o Senhor Vice-Presidente em devido tempo e,

porque era ele que estava em representação da Câmara Municipal, entendeu que havia de facto alguma coisa a mudar porque antes, o 1º escalão ia até aos três metros cúbicos, o que era muito pouco para a grande maioria dos consumidores, que rapidamente passariam para o segundo escalão, o que aumentaria de forma importante a sua factura. Acontece, no entanto, que esta alteração que vem a ser feita, ao contrário daquilo que inicialmente tinha sido prometido, não é mais do que uma autêntica falácia, porque ao invés de ser corrigido só os escalões conforme tinha sido a primeira resposta a este assunto, optou-se também por se alterar os preços por m³ por escalão e isto resultou num aumento generalizado de todas as tarifas, havendo alguns casos em que o aumento é superior a 100%, no total da factura, ou seja há casos em que a factura dobra. Questionou sobre quais são os problemas que estão na base das tarifas de água, referindo existirem alguns problemas que no ponto de vista da bancada do PS podem ser elencados, passando a referir três. -----

A primeira questão é que, durante se calhar mais de quinze anos, não houve coragem política para fazer uma actualização que fosse sobre os tarifários da água, nem para ajustar pelo índice da inflação, se tivesse sido feito e, se não se quisesse actualizar pelo valor da inflação e só pela metade desse valor, para que não houvesse um grande agravamento, seguramente que hoje não se teria este desvio colossal que hoje se tem. -----

Outro motivo, que leva a esta situação de hoje, é o negócio ruinoso que a Câmara fez com a Águas do Centro, porque assinou um contrato que se baseava em premissas erradas e que eram conhecidas da Câmara porque a Assembleia Municipal, em devido tempo, prestou esclarecimentos e alertou para estas questões, nomeadamente, o contrato basear-se numa população e baseia-se em consumos mínimos que seriam pagos, a primeira tranche de pagamentos da Câmara e logo a seguir veria os consumos adicionais, mas os consumos mínimos foram calculados para 4999 habitantes, estimativa de 2002, a população dos Censos de 2001, do Concelho, foi de 4104, logo aqui tem-se quase novecentos habitantes de diferença. Nestas contas, feitas pela Águas do Centro e que a Câmara Municipal nunca refutou, pelo menos nunca foi apresentada prova de tal, foi feita também uma previsão da população para 30 anos depois, ou seja, para o final de vigência do contrato, em que o Concelho teria aproximadamente 6448 pessoas. Ora, em Março de 2011, foi feito o último Censos da população e, o Concelho de Sardoal, apresenta uma população de 3948 habitantes, o que reduziu cerca de 250 habitantes, em 2036 não vai sequer ter 5000, quanto mais 6000. -----

Outro valor que foi usado de forma empolada, foi o consumo médio diário utilizado e, a Águas do Centro utilizaram aqui alguma esperteza, porque eles perceberam que a Câmara não tinha forma de contrapropor novo valor porque não tinha contraprova, não havia forma de provar que se gastava

menos, porque existia uma imensidão de consumos que eram feitos por diversos motivos, mas que não eram possíveis de contabilizar, nomeadamente a rega de jardins, as Associações também não tinham contador, e no fim do ano várias associações apresentam alguns metros cúbicos. -----

Outro problema que esteve na base das tarifas da água, foi a cereja no topo do bolo que a Águas do Centro soube habilmente apresentar, que foi a proposta de contrapartida à Câmara, pelas infra-estruturas, que iria receber pelo período de 30 anos, que valia um milhão de euros, salvo melhor informação, que o Senhor Presidente pode prestar, este valor, eventualmente ainda não terá sido recebido, o que é certo é que criou alguma instabilidade negocial. Na sua opinião acha que nunca será recebido e, este valor vai ser deixado pela própria Águas do Centro para conta corrente, porque é provável que num mês ou outro mais complicado, a Câmara Municipal não consiga honrar os seus compromissos com a Águas do Centro. Não sabe qual é o saldo ao dia ou ao mês mas o Senhor Presidente da Câmara também pode informar. -----

Em relação às tarifas que foram aprovadas em sessão de Câmara de 19 de Julho de 2011, referiu ter feito uma leitura atenta, tendo procurado informação tendo-se deparado com uma situação que lhe parece estranha, que é, existe uma entidade que supervisiona tudo o que tem a ver com águas e resíduos, que se chama hoje de Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a qual emitiu algumas recomendações, as quais não têm força de lei, mas são recomendações de alguém, que no mínimo estudou o assunto a nível nacional e ao contrario daquilo que ali foi justificado pelo Senhor Presidente, para tentar convencer da necessidade de actualizar os preços da água e para aproximar ao custo real da prestação do serviço, esta entidade, numa das recomendações que fez, que foi a recomendação nº 2 de 2010 a qual, refere exactamente que, um dos princípios que deve presidir às revisões das tabelas de taxas da água, é o principio da recuperação de custos, exactamente os investimentos e as amortizações dos investimentos feitos, mas que devem permitir a recuperação tendencial dos custos económicos e financeiros, ou seja, é um processo que pode ser gradual, não há necessidade nem obrigatoriedade de o fazer de uma vez só, porque o que parece que se está a tentar fazer, e que salvo melhores contas, é basicamente, dar o salto todo de uma vez. -----

Existe uma outra informação que também está presente nesta recomendação, que tem a ver com os coeficientes de progressão entre os escalões, ou seja, como é que o preço do escalão 1 para o escalão 2 deve ser calculado e, aquilo que se verifica, pois deu-se ao trabalho de fazer as contas é que, o coeficiente de progressão é muito mais elevado, quando se passa do segundo para o terceiro escalão do que quando se passa do terceiro para o quarto escalão, o que dá aqui uma ideia de que se está a penalizar quem consome menos, quando na sua ideia devia ser ao contrário, mas se há dúvidas sobre

esta questão, basta utilizar um simulador que a Câmara Municipal disponibilizou em devido tempo aos Senhores Vereadores e que ele próprio teve acesso, agradecendo a delicadeza dos Vereadores do PS que tiveram a amabilidade de disponibilizar aquele ficheiro, tendo feito algumas simulações chegando às seguintes conclusões, nomeadamente, para consumos inferiores a 3,6 metros cúbicos por mês, o aumento na factura da água é superior a 100%, quem consome entre os 3,6 e os 6,2 m³/mês vai ter um aumento superior a 50%, quem consome entre 15 e 30m³/ mês, terá um aumento entre 13 e 25%. Na sua opinião, existe um forte benefício comparado, para quem consome mais e, uma forte penalização para quem consome menos. -----

O valor cobrado pela Câmara Municipal, por m³ é superior ao valor cobrado na Câmara Municipal de Lisboa e na Câmara Municipal do Porto, sem contar com as restantes taxas de saneamento. -----

O Senhor deputado Adérito Garcia fez ainda referência à Barragem da Lapa, acreditando que este equipamento não tenha sido entregue à Águas do Centro porque de facto não está em condições, existindo problemas de segurança, obras a realizar, esperando que não haja necessidade de se fazer um corte ao abastecimento, porque se vier a ser feito e, do que se recorda do contrato que analisou, a Águas do Centro não poderão ser responsabilizadas pela falta de abastecimento. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista, referindo ter sido dito pelo deputado Adérito Batista que tinha lido com muita atenção a acta da última sessão, e não estando a referir-se à anterior reunião, nem a nada disto da água, nem tinha ainda o Edital com a fixação dos preços da água, e referia a determinada altura que aquilo que efectivamente se teria agora de enfrentar iria ser mais grave do que aquilo que foi discutido naquela Assembleia e dizia precisamente isto, aquilo que a troika vem impor, que era para as pessoas tomarem juízo, reduzir-se os custos o máximo possível e se não se pudesse ir almoçar fora uma vez por semana, ir-se uma vez por mês ou por ano. Referiu ter mencionado esta parte, pois é este o sentido da sua intervenção, dado que se encontra a viver num Concelho limítrofe, que não tem contratos com empresa alguma e que cobra quase o dobro daquilo que o Sardoal está a cobrar. Numa Assembleia anterior já teve uma oportunidade de trazer preços comparativos quer de habitações, quer de escritórios, quer de empresas e, deu-se ao trabalho efectivamente de ver e continua a dizer que ainda assim, com estes aumentos todos, os Senhores deputados do Partido Socialista reputam de muito importantes e de muito elevados, que obviamente toda a gente neste momento quer ver se consegue pagar o mínimo possível ou nada, todos sabem que as dificuldades são grandes neste momento, mas também se deve reconhecer, é que as pessoas habituaram-se durante muito tempo a viver acima dos limites daquilo que tinham como futuro previsível e a realidade de hoje,

as falências, devem-se precisamente às compras a crédito e no fim do mês não haver dinheiro para pagar. -----

Qualquer Câmara Municipal, seja do Sardoal ou outra qualquer, mesmo os mais pequenos e com mais dificuldades, queriam talvez oferecer a água, nos tempos que correm isso é impossível. Tem de se ser prático e realista, estar com os pés no chão, sob pena de que quando se entrar no ano de 2012 deparar-se com muitas dificuldades, as pessoas não podem ter ilusões. Neste momento todos os aumentos, sejam eles quais forem, são penalizadores para toda a gente, fundamentalmente para aqueles que menos têm, existem excepções e, não foi referido que existem descontos para pessoas com menores rendimentos, designadamente existem escalões com descontos consideráveis e também não importa referir isso, não contam, mas devem contar também, para se dizer efectivamente, que de algum modo se tenta fazer, senão na totalidade, pelo menos em grande parte, justiça aqueles que menos têm. Efectivamente toda a gente tem de se sentar ou encontrar as respostas dentro de si próprios, convencendo-se que aquilo que se está a viver, não só em Portugal mas na Europa e até no mundo inteiro, são momentos tremendamente difíceis e, ou se toma juízo ou serão condenados ao insucesso ou ao fracasso e por mais manifestações que se tentem fazer e por mais que se tente esconder a realidade nunca mais se conseguirá lá chegar. -----

Hoje mais do que nunca é preciso que toda a gente se reedue na forma e no modo como se quer continuar a fazer a sua vida ou está-se à beira de um abismo ou de um precipício que não sabe se tem regresso. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que os Senhores deputados do Partido Socialista à semelhança do que tem sido hábito, costumam e gostam muito de falar, daquilo que é a realidade, esquecendo-se da origem dessa realidade. Referiu que numa reunião que participou no Ministério do Ambiente, ainda era Ministro o Senhor Eng. José Sócrates, foi dada a oportunidade a todos os municípios de resolverem os seus problemas de água e resíduos sólidos de uma forma que se considerava na altura, no Ministério do Ambiente, que seria uma directriz praticamente para todo o país, pois havia a ideia que se poderia criar uma tarifa única em todo o país, para o problema da água, saneamento e resíduos sólidos. Esta situação começou a tornar-se complicada pois houve municípios que avançaram de uma forma, outros avançaram de outra, os concelhos mais ricos avançaram de imediato, os que não tinham essas potencialidades retraíram-se e a verdade é que o Sardoal entendeu e muito bem nessa altura, que enquanto pudesse custear a água iria fazê-lo, não iria logo passar para as tarifas que recomendavam na altura porque entendia que seria complicado para as pessoas naquele tempo começarem logo a pagar. O Senhor Presidente chamou à atenção de que estava a falar de uma

época em que era Ministro do Ambiente o Senhor Eng. José Sócrates. Continuou, dizendo que mais tarde houve reajustamentos e havia a implicação de que, quem não se associasse a empresas multimunicipais teria penalizações gravíssimas em termos de acessos aos fundos comunitários. Nessa altura foi preocupante porque a Câmara não sabia exactamente as dificuldades e qual era o limite para o acesso aos fundos comunitários mas a verdade é que a ameaça estava lá e toda a gente percebeu que naquela altura havia uma entidade que estava a ser criada que era a Águas de Portugal e que os Municípios de uma forma ou outra, iriam todos, especialmente aqueles com menos potencialidades, cair lá. Salvavam-se desta situação os municípios que tinham grandes agregados populacionais, as cidades, porque, não era só a Águas de Portugal que queriam ser os responsáveis pelo abastecimento de água numa cidade mas também outras entidades que se associavam, veja-se o exemplo de Abrantes que é uma entidade diferente, mas de qualquer forma tinha de haver sempre uma entidade, a qual iria implicar que todos os municípios de uma forma ou de outra negociassem os seus bens, os seus equipamentos, de modo a que pudessem discutir em sede própria o acesso ou não, neste caso, da Águas de Portugal à exploração da água. Naquela altura as negociações foram muito muito complicadas, porque, não é para a Águas do Centro muito apetecível, serem eles os responsáveis pelo abastecimento de água num Concelho como o Sardoal, em que têm povoações no Codes, no Brescovo, na Tojeira e, por exemplo em Mação, que tem povoações nos Vales, Carvoeiros, etc, etc. Não era fácil negociar, tanto que Sardoal, Mação, Barquinha e Entroncamento sempre foram adiando a possibilidade de aderirem, neste caso à Águas de Portugal. Inicialmente a Autarquia não era para ficar nas Águas do Centro, mas sim na Águas do Soraia, mas concluiu-se que era muito mais vantajoso para o Sardoal entrar na Águas do Centro até por uma questão de proximidade. -----

Quando se conseguiu a negociação e, a Câmara fez finca-pé nessa altura, não foi nenhuma esmola que deram ao Concelho de Sardoal, a Câmara dizia que se tinha o equipamento, que tinha construído para resolver o seu problema da água, não seria justo que agora abrisse mão do mesmo e a Águas do Centro fossem pagando esse equipamento em trinta e três anos, com a agravante da manutenção, a vigilância, tudo o que estava inerente à construção e manutenção de uma barragem implicava. A Câmara conseguiu com a ajuda de outros Concelhos e de outros Presidentes de Câmara que incondicionalmente apoiou a Autarquia, conseguiu-se que, feita a valorização dos custos daquele equipamento, a Águas do Centro comprometia-se a pagar esse montante, portanto não foi nenhuma esmola, foi uma exigência da parte da Câmara e sempre se disse que independentemente das represálias e da negação ou não do acesso aos fundos comunitários e, isso é que estava subjacente e, nessa altura se a Câmara não tivesse negociado, se calhar não se tinha este equipamento e outros.

A forma como a Câmara negociou, foi de tal clareza, que a Águas do Centro receberam, aceitaram e aprovaram a pagar esse montante. Na última reunião havida com a Águas do Centro, onde estava o Presidente da Águas de Portugal, foi dito à Câmara Municipal, que dada a dificuldade económica que a Águas de Portugal estava a atravessar e, neste caso a Águas do Centro também, que o milhão e cem mil euros, seriam pagos em três tranches, a Câmara não colocou obstáculos, só exigiu que os prazos de pagamento não fossem muito longos. Posto isto começou-se o processo de transferência e a Águas do Centro começaram a explorar directamente a água da Barragem. Com a entrada da Águas do Centro, a Câmara abriu mão dos equipamentos que tinha, eles pagam efectivamente o aluguer de alguns equipamentos e pagam aquela parte da Barragem que a Câmara considera e a resposta que deu foi que, se a Câmara tinha pago tudo de uma vez, a pronto, seria importante que a empresa fizesse o mesmo. -----

Isto tudo para dizer que a negociação com a Águas do Centro foi de uma clareza e de uma forma que não houve da parte da Autarquia, o mínimo de cedência, nem a Câmara estava muito interessada na tal cereja no topo do bolo. O que se pretendia era salvaguardar os interesses da Câmara. -----

Referiu ainda o Senhor Presidente que todos os Concelhos que estavam na situação do Sardoal, nomeadamente Ferreira do Zêzere, Vila de Rei, que tentaram fugir e resistir à entrada na Águas do Centro acabaram por ter de aderir porque as represálias eram imensas, não só a nível de Ministério do Ambiente, que era terrível em termos das águas residuais, porque só se fala na água para consumo humano, mas esquece-se da outra parte que são os afluentes que têm a ver com as águas residuais. Concluídas as negociações, a Câmara entrou num processo de pagamento e, a Câmara em relação à Águas do Centro está perfeitamente à vontade e está a cumprir aquilo a que se comprometeu, pode haver um mês ou outro em que há um atraso e quando há, a empresa aplica logo os juros de mora e na verdade a Câmara também aplica à empresa os juros de mora. Neste momento a empresa tem lá as facturas com os juros de mora de um milhão e cem mil e dos sessenta mil que devem à Autarquia e que se comprometeram a pagar até ao final deste ano. -----

O processo foi claro em termos de negociação com a Águas do Centro, não sendo um processo que a Câmara Municipal pudesse ficar isolada sozinha, neste país, a dizer, nós exploramos a água e todos percebem como e porque é que foi criada a Águas de Portugal e qual o seu objectivo, só que o Sardoal não tem muita força e até aqueles Concelhos que tinham mais força tiveram que aceitar, por exemplo o Entroncamento, que é uma cidade que tem vinte mil habitantes e que teve que aceitar as condições da Águas do Centro. -----

O Senhor Presidente garantiu que a empresa irá pagar o milhão e cem mil euros e que não pagando atempadamente, irá pagar com juros de mora, os quais não são tão baixos quanto isso. -----

Sobre a tarifa da água, a Câmara custeou a água durante muitos anos, para que as pessoas pudessem ter água a preços mais reduzidos, o processo foi andando enquanto a Autarquia explorou a água directamente. Quando a Câmara não tinha de a pagar, podia de uma forma mais directa custear a água, embora nessa altura já a Entidade Reguladora fizesse recomendações. A cidade de Abrantes começa a aplicar tarifas muito mais altas logo de imediato e a população começa a ter de pagar, assim como em outros Concelhos, nomeadamente Ferreira do Zêzere, Tomar, Barquinha e, o Sardoal foi resistindo enquanto pode, pois era uma forma de ajudar as pessoas. Agora perante a nova realidade, perante os cortes a que a Câmara foi sujeita nas suas receitas, embora os Senhores deputados tenham a memória muito curta, a verdade é que estes cortes são uma consequência dos governos que se teve, não é do governo que está lá há três meses. A Câmara teve de se sujeitar aos cortes das verbas que vêm do Estado, sujeitar a encurtar e a emagrecer em muitas outras situações que foram tiradas e a Câmara teve de actualizar a água. Quando se fala em aumentos e, os senhores gostam muito de falar em aumentos, não se pode esquecer que em Abrantes por exemplo e, fala em Abrantes, porque é o Concelho vizinho, as tarifas fixas já existem há muitos anos, no Sardoal enquanto se pode, resistiu-se a tê-las e, a Câmara decidiu que tinha de tomar uma decisão diferente, quando se chegou à conclusão que existiam 900 contadores que não gastavam água, os cobradores deslocavam-se aos locais que tinham esses contadores e a Câmara recebia zero, foi quando se decidiu que esse serviço também tinha de ser pago. A partir daqui a Câmara tomou a decisão de aplicar as tarifas fixas, por isso é que aparece este aumento brutal. Se se falar no aumento do consumo de água para quem consome menos, é verdade, mas depois tem outra particularidade que os senhores deputados se esquecem de referir, que é o apoio social que a Câmara dá e que não se encontra em muitos mais Concelhos, que é o desconto na factura, já não sendo só no consumo de água, aos portadores do cartão municipal do idoso, às famílias carenciadas e às famílias numerosas, este é um apoio efectivo, isto os Senhores deputados não gostam muito de referir. Se por acaso uma família tem um aumento de x% e se a seguir se aplicar um desconto nessa tarifa, correspondente a 30% e, já havia o desconto para o cartão municipal do idoso, de 15% tendo passado para 30%, a Câmara entendeu que é altura de se ajudar quem mais precisa, mas se se está num período em que todas as pessoas têm de pagar. O curioso é que trazem exemplos de Lisboa e Porto pois sabem que não há hipótese de contrapor, mas falem na região e vejam onde é que os consumos são mais baratos que o Sardoal. O Senhor Presidente deu o exemplo de uma tarifa, de um Concelho próximo, que tem na Câmara uma maioria socialista, em que a

tarifa era 0,45€ o primeiro escalão, o qual era de 3m³, em que a pessoa que gastava água, gastasse mais do que o primeiro escalão, iria pagar toda a água pelo preço do escalão que iria atingir, que neste caso seria o segundo, se por acaso passasse para o 3º escalão, iria pagar toda a água que consumia pelo 3º escalão, isto sim seriam aumentos brutais e a Autarquia colocou esta hipótese de lado. A Câmara entende as pessoas, entende que é muito doloroso para uma família, de repente sentir que tem de pagar mais dez, vinte, quando já lhe estão a pedir tanto, simplesmente, a Câmara tem de ser realista e não pode ser diferente da Câmara de Abrantes, de Mação, de Vial de Rei ou de outras Câmaras, na forma como aplica as tarifas. As pessoas podem perguntar porque é que ao longo dos anos a Câmara não foi aumentando as tarifas, porque é o que os deputados do Partido Socialista defendem, pois assim as pessoas tinham começado a pagar há muitos mais anos. A Câmara enquanto pode custeou a água e o seu consumo, porque a água é um bem muito importante na vida das pessoas, mas a Câmara não pode, neste momento, continuar a custear um serviço que, independentemente disso, a Entidade Reguladora e todas as pessoas que entram no processo iriam entender, dizendo que o Senhor deputado continua a enganar-se nas contas que faz. Neste momento 1m³ na produção custa cerca de 0,80€, é o que a Câmara recebe e, com este aumento custa à Câmara 1,05€, ou seja, a Câmara continua a ter um défice em relação àquilo que deveria receber, e sobre isso os Senhores deputados não gostam de fazer essas contas. Em relação à tarifa da água, a primeira pessoa a lamentar que se tenha chegado a esta situação é a Câmara, pois não é fácil para um Executivo Camarário, que sempre defendeu a justiça social e, isso é uma coisa que a Câmara faz finca-pé, porque as pessoas sabem que a Câmara esteve sempre ao lado dos mais carenciados e, esta tarifa da água, se as pessoas tiverem o trabalho de a ler até ao fim, vai de encontro aos tais apoios da terceira idade, às famílias carenciadas, às famílias numerosas e isto para os Senhores deputados não conta. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que reparou nos descontos, mas também teve que se ter em atenção o que são descontos e o que são descontozinhos, porque descontar 30% no consumo total da factura até 5m³, que é o desconto que está previsto para o cartão do idoso, está-se a falar de consumos que têm um aumento superior a 100%, dá na melhor das hipóteses um aumento de 70% das tarifas, sendo as contas simples de fazer. Existe outra questão que o Senhor Presidente de vez em quando gosta de incluir, que é a dispersão nas aldeias, quer no Concelho de Sardoal, quer de outros, lembrando o Senhor Presidente, que o negócio com a Águas do Centro, só contempla a distribuição de águas em alta, o problema de as aldeias serem dispersas, pode não ser exactamente assim, é preciso saber onde estão os reservatórios, se estão muito ou pouco dispersos e, no Concelho

de Sardoal, estão seguramente menos dispersos assim como em Mação. Em relação à Câmara do Entroncamento e do que se recorda, das discussões havidas em 2006/ 2007 e isso foi dito numa sessão da Assembleia Municipal, a Câmara do Entroncamento foi porventura a Câmara que melhor negócio fez, seguramente tem outras condições, a população está muito mais aglomerada. Sobre a convicção do Senhor Presidente da Câmara de que de facto o Sardoal fez um bom negócio, estranha que a Águas do Centro tenha aceite tão rapidamente a proposta da Câmara Municipal, se calhar estavam a fazer contas de pagar muito mais e, sobre a questão de um milhão de euros, o Senhor Presidente terá a oportunidade de confirmar qual foi o custo real da obra da Barragem da Lapa, que se está a pagar em 15 ou 20 anos, seguramente foi um milhão de contos não foi de euros, ainda que um milhão de euros se refira a uma utilização por 30 anos. Sobre os objectivos que o Senhor Presidente tanto fala que tiveram por base a criação da Águas de Portugal e referindo-se notoriamente ao Eng. Sócrates, relembra que está-se agora num período de Governo PSD, podendo o Senhor Presidente falar com o Senhor Primeiro Ministro e pedir-lhe ou recomendar-lhe que termine com esta coisa da Águas de Portugal, se estão tão convencidos que é o melhor para o país.-----

Continuou o Senhor deputado referindo que se de facto o negócio com a Águas do Centro é tão ruinoso pois a Câmara recebe por cada metro³ 0,80€ e paga 1,05€, então os deputados do Partido Socialista têm uma proposta de recomendação ao executivo para entregar à mesa, para ser sujeito a votação. ----

O documento irá ficar anexo à presente acta, dela fazendo parte integrante e aqui se dando como integralmente transcrito. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que quando o Senhor deputado fala em, consumo de água e em valores de factura, não se deve esquecer que na mesma está a tarifa fixa e, para quem consome água até 3,4 ou 5m³, terá um aumento bastante grande porque se um metro³ de água custa 55 ou 60 cêntimos, se a tarifa fixa são 2,75€ é evidente que aqui existe logo um aumento bastante grande, mas, esta tarifa fixa não tem a ver com o consumo da água, mas sim com os custos de manutenção, os quais nada têm a ver com os custos com a Águas do Centro, a manutenção que a Câmara tem com o seu equipamento, o trabalho que têm os trabalhadores, custa neste momento, com este aumento 1,05€ e, o que a Câmara recebe dos munícipes é 0,80 cêntimos, não tem nada a ver com o que se paga ou deixa de pagar à Águas do Centro. Referiu ainda nunca ter dito que o negócio com a Águas do Centro era um negócio muitíssimo bom, o que disse é que era um negócio possível e naquela altura, não foi por acaso que o Sardoal se juntou ao Entroncamento, à Barquinha e Mação para em conjunto, os quatro, negociarem com a Águas do Centro, pois os quatro teriam mais força do que um só isoladamente, porque naquela altura se os quatro não tivessem conseguido fazer pressão, se calhar a

Câmara do Sardoal não tinha conseguido o milhão e cem mil euros, que a empresa se obrigou e com certeza que vão cumprir a pagar. Não tem nada a ver com o ser bom ou mau negócio, é um negócio possível. Toda a gente sabe que o negócio da água é sempre um negócio rentável, toda a gente quer o negócio da água, simplesmente as implicações que isso tem e as obrigações a que a Câmara era sujeita é que obrigaram a negociar com a Águas do Centro, porque se o Sardoal pudesse ficar sozinho, a explorar a água fazia-o, mas as implicações e os prejuízos que daí advinham seriam muito superiores aquilo que se poderia eventualmente ganhar. -----

Sobre os descontos que a Câmara faz, os mesmos não são só em relação ao consumo da água, tem a ver também com a tarifa nova e com todos os custos de factura.-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Manuel Paulo referindo que nem todos os municípios aderiram a estes grupos da Águas do Centro, existem municípios que resistiram e outros que entraram e voltaram a sair e não é obrigatório que o Sardoal se mantenha em nenhum desses grupos. Na altura, os deputados do Partido Socialista chamaram a atenção para o preço da água negociado que era muito superior ao praticado pela EPAL em alta, havendo municípios que preferiram associar-se à EPAL e comprar a água em alta à EPAL. A Águas do Centro mesmo assim propuseram um contrato que previa o pagamento de uma renda durante trinta anos, mas o município de Sardoal entendeu que isso não seria correcto, achou que seria mais correcto receber de uma só vez a tranche que corresponderia a trinta anos esquecendo-se que estava a usufruir de um benefício financeiro que estava a ser onerado para as futuras gerações, ou seja, durante os próximos 15 ou 20 anos estar-se-á a pagar a Barragem pelo empréstimo que se fez para a pagar, no entanto o município entendeu que havia de receber na totalidade, deixando o ónus de pagar a barragem para as futuras gerações enquanto recebia o dinheiro neste momento. Por outro lado pelo que sabe, a Águas do Centro não abastecem todo o Concelho, e muito menos tratam as águas residuais por todo o Concelho estando previamente no projecto que a Águas do Centro não iriam fazer o tratamento das águas residuais em todo o Concelho. Estavam previstos mesmo assim, para as zonas onde a Águas do Centro iriam fazer o tratamento das águas residuais, investimentos em infra-estruturas, questionando se já se desencadeou algum investimento relacionado com essas infra-estruturas, pois pelo que sabe ainda não. Depois desta apresentação estatística que foi feita gostava de saber se o município está disposto, em função da alteração dos pressupostos estatísticos que se verificaram e são inquestionáveis se o município está disposto a renegociar o contrato que tem com a Águas do Centro, porque se a população está a diminuir, o contrato não pode ter as mesmas características de quando foi feito, com a premissa de que a população estava a aumentar, ou seja, o contrato prevê que cada ano se pague mais, que se tenha um

consumo mínimo mais elevado e que terá de se pagar obrigatoriamente à Águas do Centro, quando a população está a diminuir e deveria pagar-se menos. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer ao Senhor deputado que em relação ao pagamento da Barragem, a qual efectivamente custou um milhão de contos e, está-se só a falar da componente da Câmara Municipal, porque a componente nacional é posta à parte, não é passível de negociação e isso não depende da Câmara Municipal nem depende de ninguém, o que está em causa é um outro valor que tem a ver com a parte que diz respeito à Câmara Municipal, aquilo que a Câmara investiu. Sobre o que disse o Senhor deputado, existem duas coisas que é preciso ter em atenção, primeiro, as Câmaras que tinham acordo com a EPAL tiveram de terminar com o mesmo e passaram para a Águas do Centro, dando o exemplo dos Concelhos de Constância, Barquinha e Entroncamento. Em relação ao pagamento das águas e ao que eles recebem e ao que eles pagam, é exactamente igual ao que paga o Sardoal pois os preços são feitos para todos os Concelhos, só que há uma diferença, por exemplo, enquanto o Entroncamento tem cerca de 20 mil pessoas que vivem todas ali, se não fosse a Águas do Centro ou a EPAL apareceria naturalmente outra empresa que estaria credenciada para o fazer, como aconteceu há poucos meses no Sardoal, uma empresa a querer negociar. É evidente que se aparecer uma outra empresa que apresente um valor muito mais simpático e melhor para a Autarquia é evidente que a Câmara tentará sempre negociar. -----

Não se pode falar só da água, mas também do saneamento, dos resíduos sólidos e tudo tem custos. Toda a gente sabe que a ETAR do Sardoal precisa de ser remodelada e tem de ser feita por eles, e o Senhor deputado até pode dizer que há outras Etar's que não entraram no negócio com as Águas do Centro, para o Concelho isso foi assumido de uma forma consciente e realista, não interessa à Câmara neste momento que a Águas do Centro ficassem com todas as ETAR's. -----

Posta a votação a recomendação apresentada pelo Grupo parlamentar do Partido Socialista, a mesma foi rejeitada por maioria. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, em nome do grupo municipal de deputados do Partido Socialista e, porque aquele era também um dia de despedida de uma colega de bancada que por motivos profissionais e de ética, foi a última sessão em que esteve presente, referindo-se à Senhora deputada Hália Santos, para deixar uma nota de agradecimento por todo o trabalho que ela fez, pela colaboração que prestou e por tudo o que deu ao Concelho de Sardoal, enquanto deputada Municipal.-- O Senhor Presidente da Mesa também desejou à Senhora deputada todas as felicidades e agradeceu o seu contributo na Assembleia Municipal. -----

Interveio a Senhora deputada Hália Santos referindo ter sido um prazer fazer parte da Assembleia

Municipal e se alguma coisa fez foi em nome dos Sardoalenses e em particular de Valhascos, que é a aldeia que mais lhe diz respeito, desejando a todos os que ficam e à pessoa que a irá substituir, um bom trabalho, sucesso e que continuem todos a defender o Sardoal, pois é isso que gostava que acontecesse. Agradeceu ainda a oportunidade que lhe foi dada. -----

Período de Intervenção do Público

Interveio o munícipe Senhor João Carpinteiro, referindo-se ao último ponto discutido naquela sessão sobre a água, apresentando a sua factura da água e referindo ser interessante que em 19m³ de água terá de pagar 17,16€ e só em taxas paga 18,14€, pagando muito mais de taxas do que de água, questionando se estas taxas que vai pagar a mais servirem de facto para o Concelho e serem aplicadas no Concelho e concretamente na reparação das Etar's, porque a Etar dos Valhascos está só a fingir que trabalha, sendo uma fonte de poluição e uma fonte de focos de infecção para pessoas que passam ali perto, tendo este levantado anteriormente esta questão há quase um ano e até ao momento nada foi feito, agradecendo que o município tome as devidas providências em relação a isso. -----

Outra questão anteriormente levantada na sessão da Assembleia de 28 de Fevereiro e que tem a ver com a limpeza das matas, repetindo que junto ao campo da bola dos Valhascos, existe uma lixeira, que felizmente não tem aumentado mas também não tem diminuído, desde o dia 28 em que foi denunciado até esta data nada foi feito, nem pela Câmara nem pela Junta de Freguesia. Na sua opinião o Município devia dar mais atenção à protecção do meio ambiente. -----

Continuou o munícipe referindo-se à varrição das ruas de Valhascos, pois as pessoas daquela localidade são tão munícipes como as outras pessoas do Concelho, no Sardoal a limpeza é feita diariamente, a recolha dos resíduos é de dois em dois dias, se não for diariamente e, infelizmente em Valhascos e pensa que em outras localidades a recolha do lixo é feita duas vezes por semana, tendo as pessoas que suportar os cheiros, e até foi dito em sessão de Assembleia Municipal que era feito o saneamento, a limpeza dos contentores e nada foi feito e além disso neste momento a Junta de Freguesia de Valhascos não tem funcionário, era fácil deslocar uma equipa de Sardoal e fazer limpeza, porque há mais de um mês que as ruas não são limpas, o que é uma vergonha e, paga as suas taxas e os seus impostos como pagam os habitantes de Sardoal que têm direito a tudo. -----

Continuou o munícipe referindo-se à sinalização, pois foi dito que estava a ser criada uma comissão para estudar a situação da sinalização vertical e horizontal, continuando a haver passadeiras junto a STOPS, questionando se a Câmara desta vez irá dar um novo impulso a esta situação para disciplinar a sinalização. -----

O munícipe fez referência ainda à questão da saúde, que foi levantada pelo Presidente da Junta de Alcaravela, é verdade o que ele disse, mas o governo que ele apoia, a previsão que tem é que, com menos 1500 utentes é tudo para encerrar, ele está reivindicar com 900, para ter lá médico, não sabe se vai conseguir. -----

Interveio o munícipe Senhor Ambrósio referindo-se à rede viária questionando para quando a modificação ou o arranjo dos sinais verticais, pois passou no cruzamento do Pisco e à sua frente vinha um carro que provavelmente se dirigia para o Sardoal e, não encontrando indicação seguiu em frente depois teve de fazer marcha atrás e perguntar para onde era o Sardoal. É um sítio onde o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores e toda a gente passa e ninguém ainda resolveu este assunto que já está há longos meses assim. -----

Sobre os pagamentos, referiu que na Cabeça das Mós tem havido várias rupturas de água porque os canos são antigos, são velhos e partem com muita facilidade e a maior parte deles são em luso lite o que é prejudicial à saúde, os funcionários vão lá e fazem os remendos, partem as ruas e depois não as tapam, ou tapam-nas com terra, que passado oito dias está na mesma, alguma, há meses que continuam sem o betume, sendo necessário tomar atenção a esta situação. -----

Continuou o munícipe falando sobre a sessão da Assembleia e a questão das águas, pois ficou satisfeito e ao mesmo tempo muito triste, ficou satisfeito porque viu os deputados do PS lutarem pela população do Concelho, os seus interesses, por tudo o que lhes diz respeito e, ficou muito triste porque tanto os Presidentes das Juntas como os deputados do PSD não levantarem uma palavra, aliás houve um que disse qualquer coisa, tendo-lhe feito lembrar a fábula do lobo e do cordeiro, em que o lobo diz ao cordeiro que este lhe sujou a água e ele diz que não pode ter sido pois encontrava-se mais abaixo, então o lobo diz-lhe que se não foi ele então foi o seu pai. O deputado do PSD usou o mesmo tema, não foi este governo, foi o outro. -----

Interveio o Senhor Presidente, referindo ter tomado notas das preocupações do Senhor João Carpinteiro e, em termos de limpeza dos contentores a mesma foi feita, mas pode estar a precisar novamente e esse é um problema que não acontece só em Valhascos, acontece em todo o lado, periodicamente eles têm de ser limpos. -----

Sobre a limpeza das ruas, atravessou-se um período de grandes dificuldades em termos de pessoas porque a Câmara e todas as Juntas andaram empenhadas na montagem e desmontagem de festas que as populações também solicitaram e a Autarquia não tem pessoas suficientes para chegar a todo o lado. -----

Sobre a limpeza das florestas e como tinha dito, os Sapadores Florestais que estão a fazer esse trabalho, pararam durante o período do Verão porque tiveram de acompanhar os bombeiros no processo de vigilância, o qual decorreu com eficácia porque o Sardoal não teve grande preocupação. Sobre as questões da saúde, da sinalização vertical e horizontal, são preocupações para a Câmara Municipal, a qual está atenta e irá procurar resolver. -----

A lixeira no campo de futebol, tomou nota e irá ser comunicado à polícia do ambiente, pois esta situação é um caso de polícia a qual que terá de se deslocar à lixeira para ver a quem pertence e, como a Câmara Municipal já foi multada por fazer o transporte do lixo para o EcoCentro, a polícia municipal deverá cumprir a sua obrigação. -----

Sobre as Etar's, as que ficaram na posse da Câmara Municipal encontram-se num processo de avaliação para serem redimensionadas, as outras é a própria Águas do Centro que estão a fazer esse trabalho. -----

Sobre o que disse o Senhor José Ambrósio, sobre a sinalização, já se teve a oportunidade de se dialogar muito sobre estes pontos da Nacional 2, em que a sinalização daquela via é da responsabilidade do Instituto das Estradas e a Câmara não pode sequer intervir, a não ser continuar a intervir junto daquela instituição. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas da qual se lavrou a presente acta e que foi redigida por mim, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal e que também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____